

Resenha bibliográfica (II)

7 ensaios sobre a economia brasileira

HELGA HOFFMANN *

CASTRO, Antonio Barros de. *7 Ensaio sobre a Economia Brasileira*, vol. II. Rio de Janeiro, Forense, 1971, 283 pp.

As “projeções regionais” da industrialização brasileira, ou em outros termos, o modo pelo qual a gradativa formação do mercado nacional unificado desde meados dos anos 50 se reflete nas áreas periféricas do País, sobretudo o Nordeste, constituem os principais temas do vol. II dos *7 Ensaio*. Apesar de editado mais de um ano após o vol. I, ambos formam uma unidade, dado o reaparecimento de alguns temas, bem como pelo tipo de abordagem.

O ensaio n.º 4, “A Herança Regional do Desenvolvimento Brasileiro”, retoma o estudo dos nossos ciclos de exportação, mas a ênfase é dada ao potencial de transformação de cada região a partir do momento em que surge a crise da atividade exportadora.

O ensaio n.º 5, “A Industrialização Descentralizada no Brasil”, chega ao período mais recente das primeiras tentativas industriais, sua configuração espacial, e o seu destino face à integração do mercado nacional de manufaturados.

Uma classificação das indústrias regionais que se formaram — como as do Rio Grande do Sul, Nordeste, Minas e uma zona de Sta. Catarina — distingue: a) indústria “regional-regional”, que se instalou voltada para o mercado de uma região; b) indústria “regional-nacional”, que surge desde o início visando ao mercado global do País.

Enquanto está acelerado o processo de substituição de importações, existem boas oportunidades para indústrias do tipo *b*, beneficiadas pela insuficiência de oferta. Mas, com a grande expansão do transporte rodoviário e a “extroversão” dos grandes centros desde meados dos 50, as atividades regionais atingidas inicialmente são justamente as desse tipo de indústrias. Dentre elas, a concorrência

* Do Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

com as indústrias do centro só pôde ser vencida pelas empresas de produto especializado de alta qualidade, exemplificado com a Renner, no Rio Grande do Sul, e o núcleo de Blumenau. Por outro lado, onde a indústria tipo *a* avançara mais, teve igualmente maior repercussão depressiva a mencionada "extroversão". Daí o relativo declínio industrial do Rio Grande do Sul, enquanto o Nordeste, que não chegara a ter uma indústria diversificada apoiada no mercado regional, sofreu menos com a pressão competitiva do Centro-Sul. Essa pressão assumiu aí características próprias, com a dualidade surgida entre indústrias tradicionais e modernas empresas pós-incentivo do 34/18.

A configuração espacial recente da indústria é muito influenciada pela unificação do mercado. A partir da necessidade de obter insumos básicos dentro do País, as regiões serão atingidas segundo sua possibilidade de complementar a indústria central. Assim, distinguem-se do Centro poucas sub-regiões: a zona metalúrgica de Minas, o Recôncavo Baiano, com o petróleo, e a bacia carbonífera catariense. Para Castro, as perspectivas dessas zonas de complementação (e da industrialização descentralizada) dependem das possibilidades de evoluírem para uma crescente elaboração de seus produtos básicos: da mineração para a metalurgia e desta para laminados e equipamentos, da extração de petróleo para o refino, e daí para os plásticos, etc.

Uma reinterpretação para "O Desenvolvimento Recente do Nordeste" é o ensaio n.º 6. O seu ineditismo está em acentuar que o caminho seguido pela industrialização recente do Nordeste foi essencialmente diverso da estratégia apontada em 1959 pelo famoso documento do GTDN (*Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*), elaborado sob a liderança de Celso Furtado. E foi diverso, em parte, porque aquele diagnóstico apresentava falha.

No documento do GTDN, a região foi identificada como exportadora de capitais para o Centro-Sul. Entre as causas do desnível entre as duas regiões deu-se grande ênfase ao tipo de economia agrária do Nordeste, considerada obstáculo à criação de um mercado interno regional e ao crescimento da indústria. A monocultura do açúcar nas melhores terras, na zona úmida, e o deslocamento da lavoura de alimentos para a faixa do agreste, semi-árida, traria a baixa produtivi-

dade desta, agravada pela exploração à base do minifúndio. O resultado dessa lavoura se esgotaria em grande parte no auto-consumo do lavrador e sua família, deixando poucos excedentes para o mercado e impedindo a constituição de uma reserva de alimentos que tornasse a região menos vulnerável às secas. A partir daí formularam-se as diretrizes, interligadas de:

1. Intensificar os investimentos industriais, para inverter a tendência geradora do desnível interregional e para criar emprego na região.
2. Aumentar a oferta de alimentos, visando a aumentar o salário real e reduzir, ao mesmo tempo, os custos industriais. Esse objetivo deveria ser buscado através de vários programas, entre os quais se destacavam: a transformação da estrutura agrária da zona úmida litorânea, para aumentar a produtividade da economia açucareira e liberar terras para a criação de unidades familiares especializadas na produção de alimentos; o aumento da produtividade na zona semi-árida; o deslocamento da fronteira agrícola, com programa detalhado de colonização, a fim de incorporar as terras úmidas do sul da Bahia e do Maranhão.

Passados 12 anos, não se efetivaram as transformações previstas para a agricultura e indiretamente não se cumpriu também a estratégia para a indústria, pois a que vem se instalando não é apoiada essencialmente no mercado regional nem no barateamento relativo da mão-de-obra.

A estratégia que se efetivou foi muito diferente. Por quê? Ao contrário do que apontou o GTDN e do que em geral se supunha, era a agricultura que impulsionava a economia regional na década de 50, enquanto a indústria é que mostrava tendência estagnante. O produto real do setor agrícola nordestino cresceu à surpreendente taxa de 6 % ao ano na década de 50, sendo igualmente elevado o ritmo (5,5%) no período mais recente de 56-65.

Como pôde isto ocorrer? Antes de mais nada, verificou-se aumento extensivo do mercado de alimentos. O crescimento da cultura canavieira (propiciado pela ampliação do mercado interno na década de 50 e pela substituição do açúcar cubano no mercado norte-ame-

ricano no início dos 60), pela sua característica de não permitir a associação com outras lavouras, elimina os "moradores", transformando-os em assalariados rurais, que passam a compradores dos alimentos que outrora podiam cultivar. A crescente urbanização foi outro fator da expansão do mercado de alimentos.

Mas, além desses condicionantes conhecidos, a melhoria do sistema de transportes e de comercialização facilitou a colocação de excedentes no Centro-Sul, favorecida pela diferença dos calendários agrícolas. É enfatizado o papel do caminhão, transporte flexível adequado à comercialização dos excedentes espacialmente pulverizados dos pequenos produtores. A garantia de colocar no mercado o excedente oferecida pelo caminhão deu oportunidade a maior especialização, selecionando-se as culturas mais convenientes. Isso explicaria a considerável melhoria da produtividade da mão-de-obra sem modificação da técnica, surgida da situação anterior de auto-subsistência com excesso de diversificação do agricultor.

Do lado da oferta, o crescimento da lavoura de matérias-primas afetou igualmente a de subsistência. O algodão se cultivava em complementaridade com certos alimentos — como o feijão — e a expansão daquele trouxe consigo o aumento destes. Mas isso não bastaria. Acrescentaram-se:

- o impacto favorável dos açudes, poços tubulares e outras obras públicas
- a expansão espontânea da fronteira agrícola na zona úmida do Maranhão
- a grande expansão da área cultivada, que foi paralela ao crescimento dos principais produtos
- a melhoria da produtividade da mão-de-obra, explicada via especialização, pois não houve variação de técnicas e o emprego na agricultura não cresceu proporcionalmente ao aumento da área cultivada.

Em comparação com o dinamismo da agricultura regional na década de 50, a indústria tradicional é retratada de modo muito menos alentador. A têxtil, a alimentar e a de óleos vegetais tinham por base a disponibilidade de matéria-prima agrícola e de mão-de-obra barata, vantagens que, exceto na têxtil, permitiam a exportação para

o resto do País e o exterior. Essas vantagens relativas começaram a desaparecer com a expansão das fontes supridoras no Centro-Sul e a elevação mais que proporcional dos salários no Nordeste, reduzindo o diferencial. A melhoria dos transportes acentuaria as dificuldades (ao contrário do seu efeito sobre a agricultura), ao lado da falta de renovação, no caso da têxtil, e da baixa produtividade da agricultura e da tecnologia mais atrasada, no caso do açúcar. Tais condições se conjugaram não só para derrotar progressivamente o produto nordestino no Centro-Sul, como para abrir o mercado regional aos produtos do Centro.

O crescimento agrícola da década de 50, juntamente com os efeitos regionais da política federal de transportes e de petróleo, estimulou a rede terciária, especialmente a comercialização. Direta e indiretamente, ao melhorar a disponibilidade de matérias-primas e ampliar o mercado via estratos de baixa renda, o dinamismo agrícola endossava a manutenção da indústria tradicional, proporcionando-lhe certo alívio face às dificuldades advindas da concorrência do Centro-Sul. Mas esse dinamismo provocado pelas melhores oportunidades de comercialização tinha fôlego curto.

As limitações da indústria da região podiam ser rompidas em duas direções (p. 212):

- 1) expandindo-se o mercado para a indústria tradicional ampliando o consumo de massas através de reformas estruturais;
- 2) impulsionando-se a diversificação do parque industrial, para, com novos produtos, explorar novas faixas de mercado na região e no País.

A estratégia do GTDN apontou para a primeira. O caminho seguido com as indústrias que se instalaram na década de 60 pelos estímulos fiscais, porém, foi o segundo. A estrutura industrial emergente contrasta muito com a anterior: nos projetos aprovados o peso da indústria química é superior ao da têxtil e alimentícia somados. Muito concentrada, alto padrão tecnológico e elevada densidade de capital, favorecida com o barateamento relativo do capital pelos incentivos, trouxe pouca criação de emprego. Assim, o setor moderno do Nordeste não estabelece relações dinâmicas com o tradicional (industrial e agrícola), pois dele não demanda insumos e para ele não

cria demanda. A incapacidade das novas empresas que se instalam de irradiar dinamismo para o setor tradicional dá origem, no Nordeste, a uma nova forma de dualidade.

Ao final, essa dualidade é analisada por Castro com recurso a modelos teóricos de dualismo, destacando-se com referência a eles a originalidade da experiência nordestina.

Os limites das atividades tradicionais foram vistos. Enquanto isso, a nova indústria destina-se a explorar o mercado nacional de faixas de média e alta renda, sendo "uma projeção regional do setor moderno da economia nacional" (pág. 261). Dessa forma, a moderna industrialização independe em grande medida da sorte do Nordeste tradicional e, na mesma medida, prescinde das reformas estruturais previstas nos planos da SUDENE, sobretudo para a base agrária, explicando-se a defasagem entre os textos e a implementação. As respostas às perguntas sobre o destino da nova indústria nordestina só podem ser buscadas no funcionamento do modelo global, cuja análise fora iniciada no 1.º vol. dos *7 Ensaios*.

Por ora, os *7 Ensaios* passaram a seis. Ficam faltando as tão anunciadas "Reflexões sobre o Modelo Brasileiro" oportunas neste momento em que andam acesas as discussões sobre o "milagre econômico brasileiro".

obras publicadas pelo ipea

Relatórios de Pesquisa

- 1 — **Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil: Procedimentos e Recomendações** — Edmar Bacha e outros.
- 2 — **Exportações Dinâmicas Brasileiras** — Carlos Von Doellinger e outros.
- 3 — **Eficiência e Custos das Escolas de Nível Médio: Um Estudo Piloto na Guanabara** — Cláudio de Moura Castro.
- 4 — **Estratégia Industrial e Empresas Internacionais (Posição Relativa da América Latina e do Brasil)** — Fernando Fajnzylber.
- 5 — **Potencial de Pesquisa Tecnológica no Brasil** — Francisco A. Biato e outros.
- 6 — **A Industrialização no Nordeste — Volume I (A Economia Regional)** — David Goodman e Robert Cavalcanti de Albuquerque.
- 7 — **Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados (Análise da Experiência Brasileira)** — Fernando Fajnzylber.
- 8 — **Colonização Dirigida no Brasil: Suas Possibilidades na Região Amazônica** — Vania Porto Tavares e outros.
- 9 — **Financiamento de Projetos Industriais no Brasil** — Wilson Suzigan e outros.
- 10 — **Ensino Técnico: Desempenho e Custos** — Cláudio de Moura Castro e outros.
- 11 — **Desenvolvimento Agrícola do Nordeste** — George F. Patrick.
- 12 — **Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra: Uma Interpretação do Problema e seu Debate** — Edmar L. Bacha e outros.

Monografias

- 1 — **População Economicamente Ativa da Guanabara** — Manoel Augusto Costa.
 - 2 — **Crêterios Quantitativos para a Avalia o e Sele o de Projetos de Investimentos** — Clóvis de Faro.
 - 3 — **Exporta o de Produtos Primários Não-Tradicionais (Milho, Soja, Carnes, Produtos de Madeira, Derivados de Cacau e Alimentos Processados)** — Carlos Von Doellinger e outros.
 - 4 — **Exporta o de Manufaturados (Máquinas-Ferramenta, Máquinas de Escritório, Derivados de Cana-de-A o, Produtos Siderúrgicos e Setores Potenciais)** — Carlos Von Doellinger e outros.
 - 5 — **Migra es Internas no Brasil** — Manoel Augusto Costa e outros.
 - 6 — **Restri es Não-Tarifárias e seus Efeitos sobre as Exporta es Brasileiras** — Carlos Von Doellinger.
 - 7 — **A Transferência de Tecnologia no Desenvolvimento Industrial do Brasil** — Nuno Fidelino de Figueiredo.
-

CENTRO DE TREINAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CENDEC)

O Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico, sediado em Brasília, é órgão integrante da Fundação Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) e destina-se ao treinamento de pessoal técnico de nível superior vinculado às entidades do Sistema Nacional de Planejamento (Ministérios, Secretarias de Estado, Bancos de Desenvolvimento e Universidades).

O CENDEC ministra cursos basicamente em três áreas prioritárias: **Elaboração e Avaliação de Projetos**, **Planejamento do Desenvolvimento Econômico** e **Programação do Setor Público**.

Para 1972 estão programados dois cursos:

Planejamento a Nível Estadual — Tem como objetivo treinar técnicos de Organismos Estaduais de Planejamento e Programação do Setor Público dentro da realidade brasileira e coerente com as peculiaridades dos Estados. Seu início está previsto para 28 de fevereiro e término para 31 de julho em regime de tempo integral.

Elaboração e Avaliação de Projetos — Tem como objetivo o aperfeiçoamento de técnicos que atuam em órgãos públicos (federais e estaduais) e exercem funções de decisão ou assessoramento para elaboração e/ou aprovação de projetos. Seu início está previsto para 1.º de julho e término para 17 de dezembro em regime de tempo integral.

Maiores esclarecimentos podem ser obtidos através de carta dirigida ao Diretor do CENDEC, Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), Edifício do BNDE, 11.º andar, Brasília, DF.

IPEA — 061-72009

Pesquisa e planejamento. v. 1 — n.º 1
jun. 1971 — Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento
Econômico e Social, 1971 —
v. semestral

1. Economia — Periódicos. 2. Economia — Brasil
I. Brasil. Instituto de Planejamento Econômico e Social



CDD. 330.05
CDU. 33:6(81) (05)